

*A dimensão política da prática profissional**

1. Os rumos da análise

Como pensar o Serviço Social na contradição capital/trabalho? Parece-me que a análise de conjuntura contida nas várias teses apresentadas a este Congresso nos demonstra com clareza os desafios dessa temática: a necessidade de respostas mobilizadoras por parte da categoria profissional à crise econômico-social da atualidade e a momentos de profundas dificuldades econômica e política, numa etapa decisiva do processo político brasileiro — a etapa preparatória das eleições presidenciais.

O contorno histórico-conjuntural desse momento já foi abordado. Retomo apenas dois pontos que me parecem fundamentais. De um lado, os efeitos da dívida externa, que, favorecendo os interesses do capital monopolista nativo e estrangeiro, socializa os custos para o conjunto dos trabalhadores. A política econômica — concentradora de renda e de capital, traduzida no fracasso do Plano Verão, que apostou no congelamento de preços e salários como meio de ampliação da poupança e do consumo, aliada ao controle do déficit estatal — pretendeu ser um conjunto de medidas eficazes para a contenção dos índices inflacionários e a estabilização da economia.

* Palestra proferida no VI CBAS — Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais — realizado em Natal, de 10 a 14 de abril de 1989, publicada inicialmente em ANAS. *Serviço social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais*. São Paulo: Cortez, 1991.

A ilusão das medidas governamentais hoje é patente: o arrocho salarial, o aprofundamento das disparidades sociais, a insolvência das instituições públicas prestadoras de serviços, a corrupção e os desmandos do poder, o reforço da dependência do grande capital. Enfim, tudo isso aponta para um reforço e aprofundamento da luta social e política, à qual não podemos nos furtar, como Assistentes Sociais.

De outro lado, esse momento de impasses políticos se expressa também no quadro da correlação das forças políticas no nível nacional. Embora a burguesia se mantenha fortalecida como classe, verifica-se um esgarçamento do bloco no poder, com dificuldades para articular sua coesão política interna e assegurar seu consenso de classe no conjunto da sociedade. De uma parte, temos as divisões no interior do bloco no poder, que comprometem sua capacidade de direção, resultante tanto do conflito interno — dada sua composição interclassista —, como dos diferentes interesses das facções no interior de cada classe em face do capital estrangeiro dominante economicamente, mas associado no plano militar-estatal. De outra parte, temos o avanço das lutas das classes subalternas, expresso tanto no crescimento dos partidos de esquerda como no avanço e ampliação da luta sindical e de outras formas de organização dos trabalhadores na defesa de seus interesses corporativos e políticos, que apontam o germe do novo nessa sociedade.

Diante desse quadro, indaga-se: por que situar o Serviço Social no bojo da contradição capital/trabalho? Como vem sendo pensada a concepção política da prática profissional? Quais os mitos e os desafios aí presentes?

Retomo necessariamente o que entendo como o cerne da dimensão política da prática profissional, embora seja considerado por alguns como um discurso genérico — parece-me que assim mesmo ele deve ser reafirmado e enfrentado.

O ponto de partida da análise é que o significado social da prática profissional não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que vivenciamos cotidianamente. A prática profissional não tem o poder miraculoso de reve-

lar-se a si própria. Adquire seu sentido, descobre suas alternativas na história da sociedade da qual é parte. Assim sendo, é lançando o olhar para mais longe, para o horizonte do movimento das classes sociais e de suas relações nos quadros do Estado e da sociedade nacional, que se torna possível desvelar a prática do Serviço Social, apreender os fios que a articulam às estratégias políticas das classes, desvendar a sua necessidade, os seus efeitos na vida social, assim como os seus limites e suas possibilidades. Aprender, pois, o sentido político-social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social: como um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizadas por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual. Parece-me que este mundo é o das aparências necessárias, ainda que sejam meras aparências.

Qual a diretriz analítica que orienta nossa reflexão? É a de que entender a prática profissional supõe inseri-la no jogo das relações das classes sociais e de seus mecanismos de poder econômico, político e cultural, preservando, no entanto, as particularidades da profissão enquanto atividade inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Para isso, necessariamente, retomarei algumas ideias já conhecidas, mas que, no meu entender, são pontos de referência para um dimensionamento mais fecundo do debate.

Todos sabemos que o Serviço Social se institucionaliza como profissão rompendo as fronteiras da mera filantropia, como um dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo empresariado, com efetivo apoio da Igreja, para atuar na "questão social" num contexto de transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. O processo de formação e desenvolvimento da classe operária urbana, seu ingresso no cenário político, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado, exige também outros tipos de intervenção, para além da filantropia e da repressão. É assim que, tendo como alvo o proletariado urbano e o exército industrial de re-

serva, o Serviço Social se institucionaliza como profissão quando o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe operária através da regulamentação jurídica do mercado de trabalho, da legislação social e trabalhista, da organização de uma rede de serviços sociais. O objetivo era disciplinar a reprodução da força de trabalho, controlar suas expressões sociais e políticas e atenuar as sequelas materiais e morais do trabalho assalariado.

Essa breve retomada das determinações históricas da institucionalização do Serviço Social no Brasil quer marcar quatro conclusões decorrentes dessa rápida retrospectiva. Primeira: o Serviço Social se afirma como um tipo de especialização do trabalho como parte de uma estratégia mais ampla do bloco dominante, de uma aliança de classes e frações de classes articulada pelos interesses da propriedade da terra, do capital comercial, industrial e financeiro e das camadas médias a eles identificados. Portanto, o Serviço Social só se torna possível como profissão institucionalizada como parte de uma estratégia do bloco no poder, que articula interesses homogeneizados pelo grande capital. Assim, o Serviço Social se institucionaliza com o propósito subjacente de criar um tipo de socialização do operário adequado às novas condições de vida industrial, ao ritmo e à disciplinarização do trabalho, que fortaleça as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe, isto é, para a dominação político-ideológica e a apropriação econômica privada.

A segunda conclusão é que o Serviço Social surge e se expande marcado pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital: o caráter cada vez mais social do trabalho e das forças produtivas contraposto à apropriação privada dos frutos desse mesmo trabalho. Portanto, a atuação do Serviço Social é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes

na prática
essencialmente!

na sociedade. Esse caráter não deriva de uma intenção do Assistente Social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu "compromisso". Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como Assistentes Sociais; trata-se de organismos de coerção e hegemonia que sofrem o rebatimento dos combates e da força das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais.

Como se situam, nesse quadro, as respostas dos Assistentes Sociais? Os resultados, as estratégias da prática profissional tem-se orientado para fortalecer o poder de que classe na sociedade? Parece-me que aí está o cerne do debate sobre a dimensão política da prática profissional: a relação da profissão com o poder de classe. Decifrá-lo implica decifrar a complexa rede de relações de poder que hoje conforma a sociedade brasileira, tanto aquelas que se articulam em torno do bloco no poder como aquelas que estão articuladas em torno das alianças das classes subalternas hegemônicas pela classe operária.

2. A busca da ruptura

Se a profissão cresce e se desenvolve na intimidade do poder dominante, por ele cooptada e a seu serviço — contando, naturalmente, com a conivência e anuência da maioria dos profissionais —, a partir dos anos 60, no bojo do Movimento de Reconceituação, verifica-se a gestação de uma trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão. Ou seja, procura-se reorientar o potencial da prática profissional no horizonte dos interesses daqueles que participam da sociedade através do seu trabalho. O que verificamos hoje? Quais são nossas aspirações, nossos dilemas, nossas buscas, ao repensarmos a dimensão política da prática profissional? Parece-me que há

algo que mobiliza a todos nós, ou pelo menos a grande maioria da categoria: a busca de se atribuir à prática profissional uma *nova qualidade*, apontando novos rumos tanto no âmbito da *análise teórica* da sociedade e da profissão, em consonância com o movimento histórico concreto da sociedade nacional, quanto no *exercício da prática* cotidiana no âmbito do mercado de trabalho. Exercício profissional que solidifique laços vivos de solidariedade com os interesses dos segmentos majoritários da população, que se traduza em alternativas profissionais que os fortaleçam como sujeitos políticos coletivos que, nas suas particularidades e diferenças, têm uma esperança e uma utopia a construir na história do presente. Alternativas profissionais que representem a inserção e o apoio possível de amplos setores da categoria profissional, na luta pela criação de um novo bloco histórico que conduza ao surgimento de uma nova hegemonia no conjunto da sociedade.

Qual o desafio com que nos defrontamos? Como avançar nessa direção numa crise e no âmbito do mercado de trabalho, construindo um fazer profissional de nova qualidade, capaz de, alicerçado no presente histórico e com olhos no futuro, potencializar os germes do novo que já estão presentes na dinâmica do processo social? Quais os desafios, portanto? Enfrentar essa questão supõe enfrentar também nossas ilusões. Supõe romper com uma dupla visão que vem marcando o nosso debate e nossa prática profissional: a visão fatalista e a messiânica.

Com que ilusões temos de romper? Como elas se configuram? Há uma exigência de romper com uma visão pessimista, fatalista, perversa do Serviço Social, calcada numa visão determinista da lógica do capital, esvaziada de sua dinâmica contraditória, do seu movimento, da sua possibilidade de superação. O veio determinante dessa análise é a ótica do poder, mas de um pseudopoder monolítico em que o Assistente Social se vê asfixiado, nada lhe restando fazer a não ser denunciar ou lamentar. Nessa visão perversa, temos o profissional acomodado, que procura dar conta de uma maneira ativista, burocratizada e rotineira de inúmeras e diversificadas tarefas que lhe são atribuídas; o limite de seu horizonte profissional é, no máximo, ser um bom tecnocrata, aperfeiçoar

formal e burocraticamente seu fazer cotidiano. Reforça, assim, a dimensão tutelar e paternalista do Serviço Social, tornando-se o Assistente Social um mero espelho da instituição patronal, como mais um agente que concretiza as estratégias de classe.

Mas esta visão perversa do Serviço Social não atinge só o profissional acomodado. Corre o risco de atingir também o profissional que se quer progressista, que se autoidentifica como de esquerda, que incorpora um discurso protecionista do trabalhador, que denuncia as arbitrariedades e os desmandos do poder, mas só aposta na pressão extrainstitucional, no coletivo, no "movimento", como se a luta de classes estivesse espacialmente determinada. Como se a luta de classes não afetasse o cotidiano da vida social, as organizações institucionais, as relações de poder que aí estão inscritas. Nessa perspectiva, parece que luta de classe só tem espaço na arena da política *stricto sensu*, nos partidos, no parlamento, como se a vida social e cotidiana, para além da esfera estrita da política, fosse imune às lutas de classes e frações de classes, aos seus confrontos e alianças, aos seus conflitos e soluções negociadas.

* Mas há outra ilusão ainda muito presente: a visão messiânica e a-histórica do Serviço Social; deslocada do solo da história, de cunho voluntarista e subjetivista, ingênua quanto às possibilidades revolucionárias da profissão, muitas vezes embalada por um discurso com propostas e veleidades críticas. Marcada por uma visão mágica da transformação social, que passa a ser reduzida a uma questão de princípios. Muitas vezes, esse discurso se reduz ao compromisso individual do Assistente Social, como se a nossa vontade e propósitos individuais fossem unilateralmente suficientes para alterar a dinâmica da vida social, caindo, não raras vezes, numa concepção basista da condução do exercício profissional.

O que há de comum nessas duas tendências, nessas duas formas de ilusão? O ponto comum é a recusa da história, em que posições contrárias do ponto de vista de seus princípios se encontram nos resultados da ação: o fortalecimento e o revigoramento da herança conservadora do Serviço Social, porque não permitem, de fato, a criação

de alternativas profissionais novas. O que ocorre principalmente na última concepção? Abstrai-se dos determinantes objetivos do que é uma profissão na divisão social do trabalho, com demandas objetivas a responder, às quais não podemos nos furtar. Demandas estas concretizadas na política institucional, nos programas de trabalho que nos são solicitados, que espelham estratégias e respostas do bloco no poder no enfrentamento da "questão social". Se certas demandas não podem ser eliminadas, o que se exige do profissional que se propõe a ser crítico? De um lado, um preparo teórico e político para enfrentar essas demandas. Articular as solicitações imediatas que nos são apresentadas no atendimento às questões da saúde, habitação etc., às implicações históricas macroscópicas em que se situam. Ou seja, a capacidade de articular o particular com o geral. De outro lado, a pesquisa criadora da realidade com a qual trabalhamos, que nos possibilite ultrapassar o discurso da mera denúncia, para a elaboração de propostas competentes e eficazes para melhorar a qualidade dos serviços prestados e criar mecanismos que propiciem a crescente participação da população no controle desses serviços.

Exige-nos, ainda, um atento acompanhamento do movimento das classes sociais, em que incluo não apenas as classes subalternas, mas também as iniciativas orgânicas e estratégias da burguesia e das classes trabalhadoras; e um acompanhamento mais próximo dos movimentos sociais, de modo que possamos incorporar algumas de suas propostas e demandas nos programas no espaço institucional e fazer valer o apoio institucional ao fortalecimento e autonomia desses mesmos movimentos.

Uma outra questão decisiva é a compreensão dos liames do poder institucional, reforçando alianças que possibilitem reorientar as políticas institucionais, sensibilizando-as para as demandas reais e potenciais das classes que conformam o público de nosso trabalho. Isso supõe dar densidade histórica, competência intelectual e técnica às nossas pretensões de vontade. Exige recursos teóricos e um horizonte político para decifrar a dinâmica conjuntural, os sujeitos coletivos aí presentes e suas relações com a profissão. Exige que os Assistentes Sociais sejam

mais que meros técnicos executores, que possam ousar enfrentar a realidade e os desafios de um profissional que também é um intelectual.

Essa busca de novos caminhos não pode, no entanto, ser a reedição de velhos equívocos. Velhos equívocos que estão presentes entre nós ao lado de inúmeros ganhos desde o Movimento de Reconceituação. Daí o rigor da crítica dos descaminhos, das ilusões, de modo a preservar a vinculação orgânica entre *profissão, conhecimento e história*. Refletir sobre o que há de ilusório no debate profissional é uma exigência para romper as amarras da ilusão, resguardando a utopia que move a criação do novo no presente e no devir histórico. Afinal, desde Marx sabemos que "A exigência de abandonar as ilusões sobre a sua situação é a exigência de abandonar uma situação que necessita de ilusões". Então, para sermos fiéis a esta lição de Marx, cabe pesquisar os caminhos para sair desta situação que nutre as nossas ilusões.

3. A construção de novos caminhos

Quais os caminhos que estão sendo hoje gestados no debate profissional para se atribuir uma nova qualidade à prática do Serviço Social? Quais as vias de retorno aí contidas? O que é necessário avançar para elucidar com maior eficácia prática e clareza teórica as implicações políticas do nosso exercício profissional?

A análise da dimensão política da prática profissional cruza-se hoje, no cenário-latino-americano, necessariamente com um debate da maior importância, um debate que está sendo qualificado como do "Serviço Social Alternativo".¹ Parece-me que este é um dos caminhos

1. No momento em que se publica esta palestra, meus pontos de vista sobre o "Serviço Social Alternativo" estão registrados no texto: M. V. Iamamoto e J. P. Netto "Serviço social alternativo": Elementos para a sua problematização. Rio de Janeiro: Nupess/UFRJ, Série Textos para Debate, n. 1, 1989, reproduzido nesta coletânea, p. 131-158. A polêmica em torno do tema pode ser acompanhada através dos seguintes documentos: A. Maguiña et al. *La búsqueda del trabajo social alternativo como fenómeno histórico*. Lima, Celats, jan. 1988 (mimeo.), 23 p.; A. Maguiña et al. *En la búsqueda del trabajo social alternativo como un fenómeno histórico*. Lima, Celats, ago. 1988 (mimeo.), 36 p.; M. O. S.

para estabelecer parâmetros que permitam situar a atuação profissional e para fazer avançar a busca de alternativas numa direção que, em amplos traços, poderíamos chamar de progressista.

Esta proposta é de extrema importância, mas resvala por alguns descaminhos. Quais as bases do que se qualifica como Serviço Social Alternativo? Reconhece-se que a busca do Serviço Social Alternativo não é algo novo, não é um modismo, está presente no debate profissional desde os anos 1960, mas que hoje se apresenta sob novas formas. A questão-chave deste debate é a de que as alternativas profissionais não são gestadas exclusivamente no campo intraprofissional, pois elas estão intimamente articuladas e dependentes do processo histórico de nossas sociedades nacionais e que, portanto, não são dadas apenas por uma posição voluntarista, mas por sua dependência das possibilidades históricas.

Quando voluntarismo e conservadorismo se misturam, não se dá a essência do alternativo.

Essa discussão é extremamente pertinente e tem a intenção de pensar as alternativas considerando as particularidades da profissão na divisão social do trabalho, considerando o Assistente Social como um trabalhador assalariado que tem um vínculo institucional. Os entraves dessa análise, porém, também estão presentes. Qual a tese-chave do Serviço Social Alternativo? A de que o Serviço Social só pode se propor como alternativo à medida que se constitui uma alternativa popular para a ordem social. O alternativo é, pois, o que levanta o “projeto popular” em relação ao projeto que é hoje dominante. A profissão só pode se propor como alternativa, portanto, na medida em que articular, facilitar e reforçar o desenvolvimento desse projeto social organizado em torno dos interesses populares, como convocatória de nova hegemonia. Os profissionais tornam-se alternativos quando sua prática se torna orgânica ao “projeto popular alternativo”. Em suma, o alternativo é o “projeto popular”.

O que há de problemático, de ilusório nessa formulação aparentemente tão coincidente com nosso debate? Se o conteúdo vital da

Silva e J. B. Lopes. *O desenvolvimento do projeto profissional alternativo do serviço social no Brasil: Debates e Perspectivas*. São Luís, 1988 (mimeo.), 37 p.; M. O. S. Silva e J. B. Lopes. *O desenvolvimento do “serviço social alternativo” no Brasil: debates e perspectivas*. São Luís, set. 1989 (mimeo), 62 p.

noção do alternativo é dado pelo “projeto popular”, o que há de problematizar? Em primeiro lugar, a dificuldade de qualificação do povo e do popular: nessa formulação, tendem a ser homogeneizados numa identidade ideal em torno de *um* projeto social alternativo de cunho socialista revolucionário, deixando em segundo plano a heterogeneidade do campo popular. Ora, o campo popular, que engloba as camadas médias, o proletariado, o campesinato, parcelas do *lumpen*, contém tensões internas que não podem ser facilmente reduzidas a seus componentes anticapitalistas e, mais ainda, eles não podem ser identificados com uma proposta socialista revolucionária. O povo, em si, como uma totalidade, não é revolucionário.

Segunda dimensão problemática: a ideia de *um* projeto social popular, que se opõe a *um* projeto dominante no âmbito latino-americano. Corre-se aí o perigo de fazer tábula rasa das particularidades nacionais no que se refere à formação da sociedade civil e do Estado nos diferentes países da América Latina, assim como do debate das esquerdas e dos partidos políticos que demarcam propostas diferenciadas nos quadros nacionais e continental.

Essas dificuldades se complexificam quando rebatem para o nível de análise da profissão. Qual é a lógica que preside a argumentação? Como o conteúdo do alternativo está dado pelo projeto popular e como este supõe a ultrapassagem do capitalismo — um projeto socialista revolucionário —, o caráter do alternativo em nível profissional passa a depender diretamente dos rumos da revolução na América Latina e de uma teoria da revolução que nunca é explicitada entre nós. Assim, a revolução torna-se diretamente o parâmetro central para avaliar alternativas profissionais. Isso nos parece, no mínimo fora de lugar, por diluir as especificidades profissionais. Daí decorrer a perda de fronteira entre profissão e partido político, entre exercício profissional e militância. Isso tem se traduzido, inclusive, no nosso debate mais cotidiano, na controvertida identificação do Assistente Social como o intelectual orgânico do proletariado — noção construída por Gramsci e que não pode ser mecanicamente transferida para o âmbito profissional.

Analisar as relações entre profissão e partido supõe acentuar as suas diferenças para elucidar as suas relações, e não diluí-las numa identidade. Profissão não é partido, embora articule-se com uma dimensão política da prática profissional. Corre-se ainda o risco de o projeto social popular alternativo tornar-se um buraco negro, que tudo e nada explica; e o alternativo no nível da profissão tornar-se vítima dessa armadilha, o sucedâneo do clichê a que foi reduzida a transformação social no discurso profissional, esvaziada de sua densidade histórica, correndo paralela e sobreposta ao movimento histórico social concreto. Como o projeto social alternativo passa a ser objeto das mais variadas qualificações — porque ainda não está qualificado —, corre-mos o risco de entender como alternativo aquilo que cada grupo de profissionais formula como tal. Aí é que pode ocorrer uma inversão total, a subordinação da revolução à profissão.

É fundamental um *avanço* nesse debate; não se trata de recusá-lo, mas de redefinir-lhe os termos, a fim de que a busca de uma alternativa não se reduza a uma petição de princípios. Se o processo social abre possibilidades para a ação profissional em cada conjuntura, as alternativas não se darão mecanicamente: são fruto da capacidade teórica e política dos profissionais de se apropriarem dessas possibilidades históricas e de traduzi-las em alternativas profissionais. O VI Congresso de Assistentes Sociais, nesse sentido, estabelece alguns temas fundamentais que avançam nessa direção, ou seja, a de compreender e construir uma prática de nova qualidade sem diluir suas particularidades enquanto profissão. *

Temos ainda um outro desafio: entender e decifrar nosso próprio discurso profissional no âmbito da cultura brasileira, do pensamento brasileiro. E, necessariamente, procurar perceber a diversidade interna das classes sociais, superando nosso discurso muitas vezes monolítico, reconhecendo as contradições fundamentais e avançando na sua diversidade interna enquanto processo de trabalho e universo cultural.

Finalmente, uma questão essencial a ser discutida é a relação entre questão nacional, cultura e classes sociais. Como recuperar a diversidade interna e as particularidades dos sujeitos com os quais

e para os quais trabalhamos, que nos demandam profissionalmente? Entender essa questão supõe avançar na questão da cultura. O ponto de partida dessa compreensão é o de que o processo de desenvolvimento capitalista e as formas que ele assume são também um processo cultural, com derivações na constituição do modo de vida das diferentes classes e seus segmentos. É também um processo de constituição da sociedade nacional, na sua diversidade, nos seus traços particulares, englobando aí não só a configuração das classes como sujeitos políticos, mas as disparidades regionais, a formação de um patrimônio cultural e linguístico, a miscigenação racial, as religiosidades, as diferenças da constituição do masculino e do feminino, as lutas pela conquista da cidadania — enfim, a questão nacional implica a questão da cultura. Desvendar a dimensão cultural presente no processo de constituição sociopolítica das classes sociais é fundamental para ultrapassar uma análise estritamente estrutural, mas também para entender as particularidades através das quais as classes sociais conformam a sua experiência formativa em formas culturais.

A questão da cultura se encontra necessariamente atravessada pelas particularidades do processo político brasileiro, qualificado por alguns como uma “contrarrevolução burguesa permanente”, ou seja, um processo político em que os dilemas da sociedade nacional têm sido presididos por decisões de cima para baixo, pelo alto, com a exclusão dos segmentos majoritários da população. É o que o professor Florestan Fernandes qualifica de uma *democracia restrita*, da democracia dos oligarcas à do grande capital. Se o Estado foi cooptado historicamente pelo bloco no poder, estabeleceu-se um divórcio crescente entre Estado e classes subalternas, sujeitas tanto à repressão centralizadora do Estado quanto ao arbítrio dos chefes políticos e regionais. Trata-se de uma história política em que o liberalismo adquiriu tonalidades próprias: não se construiu sobre a universalidade da figura do cidadão, mas é um liberalismo de raízes oligárquicas, estamentais, marcadas pelo passado escravocrata e pela política de base municipalista calcada no poder local e pessoal, cuja manifestação típica é o co-

ronelismo, que indica uma hipertrofia do poder privado no compromisso de troca de proveitos com o poder público.

Esta história política é calcada no mando e não no mandato: nela, a ideologia do favor e do arbítrio tem sido a mediação quase universal. Quais os resultados desse processo, no que ele nos interessa?

Antes de mais nada, esta história tem sido a história da recusa do reconhecimento da cidadania das classes subalternas, a história da construção de impedimentos e bloqueios às iniciativas para uma real participação política, que resultasse na criação de canais orgânicos e sólidos para a expressão dessas classes como sujeitos políticos coletivos. Dado que a participação das classes subalternas foi tão tolhida historicamente, e que ela não se concretiza apenas nos canais orgânicos de participação política (partidos, sindicatos), para onde foi o protesto? O protesto não se expressa apenas na esfera da política *stricto sensu*, tendo sido muitas vezes canalizado para a esfera das práticas culturais das classes trabalhadoras, como *locus* privilegiado da resistência e da prefiguração de formas de vida que fogem aos parâmetros da sociedade oficial. Daí um desafio que temos, pela característica muito peculiar de nossa prática: o de decifrar o potencial político da cultura que preside o modo de vida e de trabalho das classes subalternas como um componente vivo e ativo da luta de classes e da constituição destas, mesmas classes no processo de luta. Muitas vezes, o enfrentamento das relações de poder é metamorfoseado na aparência da resignação sociopolítica e da violência contida. Há um simbolismo de protesto que deve ser decifrado, presente nas expressões culturais, que não se revelam na linguagem cristalina da política, mas que se estruturam como um questionamento implícito, muitas vezes travestido numa forma opaca das expressões culturais, que escondem o conteúdo de recusa à humanidade do trabalhador, dilapidada no cativeiro da terra e no trabalho formalmente livre. Este me parece ser também um desafio para o Serviço Social, bem como para os partidos que se dispõem a falar em nome dos trabalhadores, qual seja, o de reconhecer e recuperar estas expressões de recusa cifradas e contidas, embutidas na vivência prática desses grupos, contribuindo para sua transfiguração na

esfera da política, na luta pela democratização da vida social em contraposição à nossa herança política autoritária.

Sendo a cultura, como nos diz Marilena Chaui, um jogo interno de conformismo e resistência, a recuperação da questão nacional e da cultura nos permite romper o caminho das visões deterministas e voluntaristas, apreender as particularidades culturais que atravessam as classes sociais, resgatar o potencial criador já contido na prática cotidiana das classes subalternas, assim como fazer a crítica dos elementos conformistas, alienados e alienantes que aí comparecem, introduzindo novas mediações no nosso debate sobre a dimensão política da prática profissional: a questão da mulher, a questão racial, das disparidades regionais entre outras, o que supõe um estímulo e uma vocação à pesquisa.

É essa reavaliação da dimensão política da prática profissional e de seu vínculo com a cidadania de classe e com o aprofundamento da democratização ampla da vida social que pode nos conduzir a novas luzes na efetivação de um exercício profissional de nova qualidade, que contribua para o processo de construção de um novo bloco histórico na sociedade, com a hegemonia daqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam.